



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 25/SES/JRECURSOS/2021

PROCESSO Nº 1320.01.0142906/2019-08

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: Ubá

NMAA: Sudeste

GRS: Ubá

Nº PROCESSO SEI: 1320.01.0142906/2019-08

ATIVIDADE SISAUD: 622

RECORRENTE: Secretaria Municipal de Saúde

RELATÓRIO

Trata-se de Auditoria Especial realizada por equipe de auditoria da SES Centro Sul/Barbacena, no Sistema Municipal de Saúde de Ubá/MG, que originou notificação, ao ente auditado, por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº 177/2021, em virtude da seguinte constatação não conforme, apontada no Relatório Final de Auditoria, seguida de penalidade de advertência escrita, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011:

Constatação nº 614012: A SMS de Ubá cumpre parcialmente o Decreto Municipal nº 5.499/2014.

PARECER

O Recorrente apresentou recurso administrativo, por meio do Ofício GAB/SMS nº 24/2021, objetivando justificar a constatação não conforme supracitada. Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do recorrente.

Assim se manifestou o Recorrente:

"Considerando ofício SES/AUDSUS nº 177/2021 que trata da Aplicação de Penalidades e/ou Medidas Corretivas, referente Relatório de Auditoria nº 622 - nº processo SEI 1320.01.0142906/2019-08;

Considerando a Penalidade de Advertência escrita em consequência da constatação não conforme: 614012, apresentada em Relatório Final da referida Auditoria;

Considerando as responsabilidades sanitárias assumidas enquanto gestão municipal do SUS e como interveniente nos instrumentos de contratos entre a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e os prestadores hospitalares contratados/contratualizados junto ao Sistema Único de Saúde neste Município; Reiteramos a plena ciência e conhecimento do processo que transcorreu, e a necessidade de haver comprometimento e responsabilidade desta Gestão Municipal na busca de soluções para a não conformidade registrada, e neste prisma, buscaremos atender a demanda apontada, através da viabilidade de concurso público, este, publicado anteriormente, mas inviabilizado devido a ocorrência da epidemia do coronavírus, e caso não seja viável, iremos prover processo de contratação conforme os demais métodos de contratação previsto em lei.

E assim, esta Secretaria buscará recompor a equipe necessária para as ações atribuídas ao SSAHA."

Conforme se depreende do Relatório Final de Auditoria, O Decreto Municipal nº 5.499/2014 institui o Sistema de Supervisão e Auditoria Hospitalar e Ambulatorial do Município de Ubá (SSAHA), no âmbito do SUS. Tal Decreto determina em seu artigo 2º que o SSAHA tem como atribuição desenvolver atividades de supervisão e auditoria dos hospitais contratados/contratualizados com o SUS Municipal ou com o SUS Estadual, quando neste caso, o Município de Ubá atuará como interveniente.

A Lei Federal nº 8.689, de 27 de julho de 1993, estabelece em seu artigo 6º, parágrafo 2º, que a descentralização do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) far-se-á por meio dos órgãos estaduais, municipais e de representação do Ministério da Saúde nos estados e Distrito Federal.

De acordo com o anexo I da deliberação CIB-SUS/MG nº 2.768, de 22 de agosto de 2018, a auditoria deve ser implementada sobre toda a produção de serviço de saúde, públicos e privados, vejamos:

VIII. implementar a auditoria sobre toda a produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão, tomando como referência as ações previstas no plano municipal de saúde e em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial; e

IX. realizar auditoria assistencial da produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão.

Tendo em vista a legislação acima, fica evidenciada a necessidade de

composição de equipe de auditoria por parte dos municípios, seja para auditar os serviços públicos sobre sua gestão ou os prestadores de serviços assistenciais contratados com a SES, pois, nesse particular o gestor local atua como interveniente.

A Lei 8080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, estabelece que a iniciativa privada poderá participar do SUS em caráter complementar. Isso ocorre quando for observado que a rede SUS própria não tem disponibilidades suficientes para atender a população referenciada. Vejamos:

“TÍTULO II

DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da

Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo

Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).(...)

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de

Saúde (SUS), em caráter complementar. (...) (grifo nosso) CAPÍTULO III

Da Organização, da Direção e da Gestão

Art. 8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

(grifamos)

Art. 9º A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos: (...) III - no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.”

Pois bem, o Recorrente reconheceu que seu sistema de auditoria não obedece a composição estabelecida no Decreto que criou o componente municipal e informa que vem buscando soluções para corrigir a não conformidade, por meio da realização de concurso público, ou outro meio de contratação prevista em Lei. Entretanto não houve a apresentação de documentação consistente a servir de suporte probatório apto a demonstrar que as medidas de fato foram adotadas.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento da constatação não conforme, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foi apresentada justificativa válida, acompanhada de suporte probatório apto a afastar a irregularidade ou demonstrar que medidas estavam sendo adotadas visando a correção. Dessa forma, somos pelo conhecimento do recurso, negando-lhe provimento para manter a penalidade imposta ao Auditado, referente à constatação nº: 614012.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, atitudes mais severas deverão ser adotadas, se constatada reincidência da não conformidade aqui apontada, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 28 de junho de 2021.